



ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: A REFORMULAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SEU IMPACTO NOS DOCENTES EM ATUAÇÃO NA REDE PRIVADA DO RECIFE

Winy Netto do Nascimento ¹

Gabriela Lins Falcão ²

INTRODUÇÃO

Na cidade do Recife, capital pernambucana, as aulas presenciais em escolas, universidades e em outros estabelecimentos de ensino, públicos e privados, foram suspensas por tempo indeterminado, em meados do mês de março de 2020, por meio do Decreto nº 48.809/2020. Seguindo novos dispositivos regulamentadores emitidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Ministério da Educação (MEC), a exemplo da Portaria Nº 343/2020, foram implementadas, em muitas escolas do Recife, especialmente aquelas pertencentes à rede privada de ensino, o ensino não presencial, com características da educação a distância (EaD), a partir do uso de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA).

Nosso interesse ao empreender o presente estudo, portanto, circunscreve-se à compreensão dos limites e das possibilidades do atual contexto de ensino remoto emergencial, na perspectiva dos professores em atuação no ensino médio de escolas da rede privada do município de Recife.

METODOLOGIA

Os dados do nosso estudo foram produzidos a partir da resposta voluntária a um questionário, composto por perguntas abertas e fechadas, aplicado eletronicamente junto a um total de 52 professores, sendo 33 homens e 19 mulheres, atuantes no ensino médio em diferentes escolas pertencentes à rede privada de ensino da cidade do Recife e que retomaram

¹ Graduada pelo Curso de Letras da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, winny169@gmail.com.;

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, gabrielafalcao@recife.ifpe.edu.br.



suas atividades exclusivamente através de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), na primeira semana de maio de 2020. A coleta de dados ocorreu na primeira quinzena de junho, portanto, pouco mais de um mês após o reinício das atividades escolares. A partir do uso das mídias sociais para divulgação, obtivemos a participação de todas as quatro grandes áreas de conhecimento em que atualmente se subdivide o currículo escolar, sendo 24,6% de professores das Linguagens; 18,9% das Ciências Humanas; 41,4% das Ciências da Natureza e 7,5% da Matemática.

REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de cumprir os propósitos deste estudo, faz-se fundamental tecer considerações acerca da educação a distância e do ensino remoto emergencial, estabelecendo semelhanças e diferenças entre os usos dessas expressões. De acordo com o Decreto n. 9057/2017, que regulamenta a educação a distância no Brasil desde o ano de 2017,

considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017).

Logo, dadas as condições aligeiradas para o estabelecimento do ensino remoto, as limitações legais para a educação básica e o seu caráter provisório pelo contexto de emergência sanitária vivenciado no Brasil, não podemos concluir, a despeito do uso de meios e tecnologias de informação e comunicação (TDIC), que o ensino remoto emergencial, ora denominado ERE, seja compatível com tal definição.

Por compreendermos a desafiadora e inesperada conjuntura de emergência de saúde em nosso país e das incertezas trazidas por essa situação social adversa, reconhecemos, também, as limitações trazidas pela proposta de ensino remoto para o ano letivo e para o processo de ensino- aprendizagem, especialmente em se tratando de jovens estudantes em contexto escolar. Assim como Lemke (2004), também constatamos uma preocupante convencionalização do funcionamento escolar, que pode configurar a busca pela replicação de práticas culturais presenciais no ensino virtual.

Tal realidade faz-se presente, também, nos estudos de Tanzi Neto (2018), os quais apontam que tal transposição é comum até mesmo em planos/programas de cursos pensados



para a educação a distância, desprezando as efetivas diferenças entre ambientes físicos/presenciais e virtuais. O autor destaca, ainda, que, no campo educacional, “muitos profissionais e escolas estão apenas fazendo uma transposição da convencionalização de um ambiente escolar tradicional para o digital, partindo de um deslumbramento pelas ferramentas e pelos equipamentos disponíveis no mercado atual” (TANZI NETO, 2018, p. 6), o que implica reflexões acerca da qualidade e da eficácia do processo pedagógico.

Reconhecemos que as novas formas de comunicação proporcionadas pela sociedade em rede, pelo ciberespaço e pela cibercultura, bem como pelo trabalho colaborativo e a partir do uso das TDIC, exigem diferentes e novos letramentos no ambiente educacional, e que, em tempos de hipermodernidade, conforme Rojo e Barbosa (2015), são necessários, também, novos modos de ser e de se relacionar. Logo, essa inovação no contexto educacional não significa a substituição do professor pelas novas tecnologias ou a redução de investimentos no setor: trata-se do entendimento de que as práticas didáticas e escolares precisam dialogar com a dinâmica de uma sociedade interconectada.

Para Lankshear (2007), as práticas sociais contemporâneas formais e não formais do nosso dia a dia têm uma natureza mais participativa, colaborativa e distribuída. Essa realidade seria, portanto, responsável por fazer surgir um novo ethos ou uma nova mentalidade, o que significa que as transformações não se dão, apenas, com relação a aparatos tecnológicos (ROJO, 2013).

Concordamos com Azzi (2012), para quem cada instituição escolar possui sua própria lógica, suas possibilidades e limitações, que constituirão o contexto da prática docente. Considerando o desenvolvimento de nosso estudo junto a profissionais de diferentes instituições da rede privada do Recife, reconhecemos, pois, a existência de múltiplas realidades, que não foram tomadas como eixos centrais de nossa análise, mas que estão presentes e que podem revelar elementos facilitadores ou dificultadores no tocante às condições materiais, aos recursos físicos, às condições objetivas de trabalho, à organização escolar do espaço e do tempo, às formas de negociação e de tomada de decisões entre gestores, professores, alunos e pais etc.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre as diferenças entre os estabelecimentos de ensino, a pesquisa apontou que mais de 65,4% dos professores relataram desenvolver suas atividades de forma síncrona, mantendo



as mesmas turmas e dando sequência à carga horária e ao conteúdo dispostos para a disciplina lecionada antes das recomendações de isolamento social, o que nos oferece um indicativo importante, considerando as demais informações a seguir, acerca de uma possível tentativa, por parte das instituições escolares, de transposição ou de replicação das aulas presenciais e do tempo pedagógico para o ambiente virtual.

Apesar de 94% dos pesquisados afirmarem que já faziam uso de ferramentas tecnológicas em sua prática de ensino, quase 80% admitiram ter vivenciado ou estar ainda vivenciando um período de adaptação e/ou de dificuldades para iniciar suas atividades no ensino remoto, mas, a despeito desse dado, apenas 23% dos locais de trabalho ofereceram, segundo os professores, formação suficiente ou adequada ao novo contexto escolar. Tal dificuldade é ampliada, segundo os docentes, pela presença de recursos, ambientes, exigências e rotinas escolares também bastante distintos em cada instituição.

Os investimentos individuais dos professores não foram apenas na busca por aprenderem ou por se adaptarem às novas exigências e ferramentas para a realização de seu trabalho considerando o contexto de ensino remoto emergencial: quase 80% dos professores precisaram adquirir novos equipamentos ou ampliar a rede domiciliar de internet, a fim de conseguirem desempenhar suas funções laborais.

Dos partícipes deste estudo, 65% informaram que utilizam chat ou fóruns de discussão com os estudantes em horário diferente do horário das aulas, e mais de 90% realizam postagens de materiais para os discentes também fora do horário de aula. Tal realidade contribui para identificarmos o redimensionamento do tempo pedagógico e das condições de trabalho e de descanso desses profissionais, já que lhes são atribuídas outras funções pedagógicas. Tal realidade pode contribuir para entendermos a alarmante avaliação apresentada por 98% de nossos pesquisados, os quais consideram que sua rotina de trabalho aumentou, ou aumentou muito.

A despeito do esforço coletivo empreendido por escolas, demais profissionais da educação, estudantes e familiares para a manutenção das atividades letivas, 54% desses professores consideram o ensino remoto praticado menos eficiente que o desenvolvido nas aulas presenciais, 23% o consideram semelhante, 10% consideram-no mais eficiente e os demais se posicionaram informando ainda não terem parâmetros de avaliação. Dentre os entraves listados por nossos sujeitos, quase 70% acreditam que a prática pedagógica a



distância, tal como realizada, pode contribuir para o aumento das desigualdades de aprendizagem, inclusive entre os estudantes de uma mesma turma, mesmo percentual que afirmou considerar essencial a interação presencial com estudantes e colegas.

Quando perguntados acerca de aspectos positivos decorrentes dessa experiência pedagógica, 86% dos participantes deste estudo elencaram a possibilidade de utilização de uma maior variedade de recursos didáticos (vídeos, áudios, imagens, sites etc.) no processo de ensino-aprendizagem, e a maioria afirmou que o uso de diferentes metodologias na condução das turmas e nas formas de avaliação também são diferenciais positivos, com mais recurso, por exemplo, para pesquisas por parte dos discentes. 56% disseram perceber maior autonomia por parte dos alunos, que se tornaram mais responsáveis por seu aprendizado, mas apenas 13% desses docentes identificaram maior engajamento e interação destes nas aulas online ao vivo (síncronas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe da pretensão de absolutizar, uniformizar ou julgar ambientes escolares e seus profissionais, buscamos tratar os indicadores no sentido de embasar possibilidades descritivas e interpretativas do contexto de desenvolvimento do ensino remoto no Recife, haja vista sua relevância, seu impacto e a novidade que traz à docência e ao cenário educacional brasileiro, e também por termos visto nos achados um potencial de indicar possibilidades e limitações vivenciadas nesse modelo, como acreditamos, inesperado e provisório.

Além disso, a produção desses dados oportunizou a identificação de elementos que, segundo os professores, podem favorecer ou gerar lacunas no fazer docente e no processo de ensino-aprendizagem, especialmente frente às dificuldades vivenciadas com essa nova e inesperada rotina profissional.

Palavras-chave: Ensino remoto. Covid-19. Profissão docente. Tecnologias da informação.

REFERÊNCIAS

AZZI, S. **Trabalho docente:** autonomia didática e construção do saber pedagógico. In: PIMENTA, S. G. Saberes pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Decreto Nº 48.809. Recife, PE, 14 de mar. 2020.** Disponível em:
<<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=49417&tipo=TEXTOATUALIZADO>>. Acesso em: 18 jun. 2020

LEMKE, J. L. **Learning across multiple places and their chronotopes.** In: Symposium Spaces and Boundaries of Learning. San Diego: AERA, 2004.

LANKSHEAR, Colin. **The stuff of new literacies.** In: Mary Lou Fulton Symposium. Lugar: Arizona State University, abril 2007. Disponível em:
<http://everydayliteracies.net/files/stuff.pdf> . Acesso: 16 jun. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Nº 343/20. Brasília, DF, 17 de mar. 2020.** Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em 23 jun. 2020.

_____. **Decreto Nº 9.057. Brasília, DF, 25 de maio 2017.** Disponível em:
http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20238603/do1-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503. Acesso em: 18 jun. 2020.

ROJO, R. **Materiais didáticos no ensino de línguas.** In: MOITA LOPES, L. P. (Org.) Linguística Aplicada na Modernidade Recente - Festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola Editorial, 2013a. pp. 163-196. _____.

ROJO, R. H. R.; BARBOSA, J. P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

TANZI NETO, A. **Design de Ambientes Virtuais de Aprendizagem para práticas multiletradas:** idealização, concepção e forma. Revista The Specialist. V. 39, N. 3, 2018. ISSN: 2318-7115. Disponível em: <<http://ken.pucsp.br/esp/article/download/40185/27471>>. Acesso em: 23 jun. 2020.